

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Estado de Minas Class.: _____

Data: 26/05/87 Pg.: _____

Cimi acha indenização ilegal

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Leste) denuncia irregularidades na remoção dos posseiros da área invadida pertencente aos índios Xacriabás, em Itacarambi, Norte de Minas. Segundo o coordenador do Cimi, Fábio Alves dos Santos, o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, solicitou à superintendência regional do In-cra que seja feito levantamento das benfeitorias da fazenda Peruaçu, de propriedade de Paulo Roque, para posterior indenização.

A indenização, segundo Santos, é ilegal e contrária o disposto no Artigo 198, Parágrafo 2.º da Constituição Federal. "O levantamento das benfeitorias serviria de subsídio para a consumação de um ato francamente ilegal, de duvidosa consistência moral", afirmou. Também informou que a fazenda Peruaçu é fruto de grilagem da área Xacriabá, sendo titulada irregularmente pela Fundação Rural de Minas — Ruralminas, na gestão de Moacir Lopes, "contrariando parecer do próprio departamento jurídico". Para efeitos legais, o título é nulo, frisou Santos.

Exploração

O País, ressaltou Santos, atravessa uma

das maiores crises financeiras de sua história, inclusive a reforma agrária sofre considerável atraso, também por absoluta falta de recursos humanos e financeiros. "Como, então, se explica que a Funai tenha dinheiro para dar a quem fraudulentamente usurpou o território indígena"? perguntou o coordenador do Cimi-Leste. "Se a Funai dispõe de tantos recursos, por que não os canaliza, como ajuda de custo, para os próprios índios que estão sendo obrigados a trabalhar de graça na cerca que a Funai levantará em torno da área indígena"?

Santos disse que "o Cimi vem acompanhando de perto os trabalhos realizados pela Superintendência do In-cra. Foi buscando uma solução para o grave conflito social, que resultou na morte de três índios e um pistoleiro, que o Cimi solicitou ao In-cra o reassentamento dos posseiros fora da área de Xacriabá". Santos suspeita que, através de "tráfico de influências", a solução possa prejudicar a comunidade indígena.